

1986, ABR 8

**-Em defesa da honra**

A Mesa da Câmara decidiu abrir sindicância para apurar a notícia de que "um deputado nordestino" ofereceu US\$ 100 mil a René Ticolaut, ex-diretor do IBC, para facilitar uma exportação de café solúvel. Ticolaut, autor de muitas acusações de corrupção, será convocado para confirmar a notícia e se o fizer, o que muitos não acreditam, a Câmara abrirá inquérito e punirá o deputado comprometido.

A expressão "um deputado nordestino" foi publicada entre aspas, mas Ticolaut poderá negá-la. O que lhe acontecerá? Nada. Os deputados nordestinos, no entanto, responderão por essa acusação que atinge a todos. A pressa, quase leviana, com que as pessoas são xingadas e desmoralizadas tem de ser contida. Nesse aspecto é fundamental o projeto que o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) apresentará sobre a defesa da honra, o bem maior dos cidadãos que se respeitam.

A ação da Câmara é elogiável e não deve ser limitada ao presente caso porque os políticos estão desacreditados e muitos parlamentares não têm mais sequer coragem de usar o distintivo do Congresso com medo de hostilidades. A recuperação da imagem começa, evidentemente, pelas medidas moralizadoras que estão sendo adotadas no Legislativo, mas ainda há muito que fazer.

O episódio da eleição do novo presidente da Comissão do Distrito Federal demons-

tra essa necessidade. Defender a eleição de um senador brasileiro para sua presidência é muito justo, seria o mais correto. Admitir, porém, que populares façam um corredor polonês para insultar os que votaram contra e até dar safanões em alguns é totalmente diferente. Será concordar com a violência como poder de pressão, a exemplo do que fizeram ao longo da História grupos totalitários, como os nazistas.

A violência ser usada como argumento é inadmissível. Em nenhum Parlamento do mundo ocorreria isso, mas aqui se estabeleceu a teoria de que basta encher um ou dois ônibus com populares, alguns inclusive pagos, que se intimida o Congresso. Basta encher as galerias e vaiar os parlamentares que eles ficam com medo. Podem ser jogadas moedas que as Comissões incumbidas de apurar as hostilidades não encontram testemunhas, pois todos têm receio.

A defesa do Congresso tem de ser em todas as áreas. O deputado que se confessa subornável e oferece dinheiro para favorecer seus negócios faz tanto mal à imagem do Parlamento quanto o cidadão que usa um carrinho de mão para vender queijos e refrescos a cinco passos da entrada do plenário. O senador acusado de "maconheiro" ou "traficante de cocaína" não pode ser bonzinho e preferir esquecer os fatos desde que, no episódio, sua honra se confundiu com a do Senado, e esta é a do povo.